

ANEXO I — CONDIÇÕES GERAIS

ÍNDICE

PARTE A — PROVISÕES LEGAIS E ADMINISTRATIVAS.....

Artigo II.1 — Definições

Artigo II.2 — Obrigações gerais do beneficiário

Artigo II.3 — Comunicação entre as partes intervenientes

II.3.1 Forma e meios de comunicação

II.3.2 Data das comunicações

Artigo II.4 — Responsabilidade por danos

Artigo II.5 — Conflito de interesses.....

Artigo II.6 — Confidencialidade

Artigo II.7 — Processamento de dados pessoais

II.7.1 Processamento de dados pessoais pela Comissão.....

II.7.2 Processamento de dados pessoais pelo beneficiário

Artigo II.8 — Visibilidade do financiamento da União

II.8.1 Informação sobre o financiamento da União e uso do emblema da
União Europeia

II.8.2 Cláusulas de desresponsabilização que excluem a responsabilidade
da Comissão

Artigo II.9 — Direitos pré-existentes e propriedade e uso dos resultados (incluindo
direitos de propriedade intelectuais e industriais)

II.9.1 Propriedade dos resultados pelo beneficiário

II.9.2 Direitos pré-existentes

II.9.3 Direitos do uso dos resultados e de direitos pré-existentes pela União...

Artigo II.10 — Concessão de adjudicações necessárias para a execução da ação...

Artigo II.11 — Subadjudicação de tarefas que fazem parte da ação.....

<u>Artigo II.12 — Apoio financeiro a terceiras partes intervenientes.....</u>	
<u>Artigo II.13 — Alterações à convenção.....</u>	
<u>Artigo II.14 — Cessão de créditos para pagamentos a terceiras partes intervenientes</u>	
<u>Artigo II.15 — Força maior</u>	
<u>Artigo II.16 — Suspensão da execução da ação.....</u>	
<u>II.16.1 Suspensão da execução pelo beneficiário</u>	
<u>II.16.2 Suspensão da execução pela Comissão.....</u>	
<u>II.16.3 Efeitos da suspensão</u>	
<u>Artigo II.17 — Término da convenção.....</u>	
<u>II.17.1 Término da Convenção pelo beneficiário</u>	
<u>II.17.2 Término da Convenção pela Comissão.....</u>	
<u>II.17.3 Efeitos do término</u>	
<u>Artigo II.18 — Lei aplicável, resolução de litígios e decisões executórias</u>	
<u>PARTE B — PROVISÕES FINANCEIRAS</u>	
<u>Artigo II.19 — Custos elegíveis</u>	
<u>II.19.1 Condições para a elegibilidade de custos.....</u>	
<u>II.19.2 Custos diretos elegíveis.....</u>	
<u>II.19.3 Custos indiretos elegíveis</u>	
<u>II.19.4 Custos inelegíveis</u>	
<u>Artigo II.20 — Identificabilidade e verificabilidade das quantias declaradas</u>	
<u>II.20.1 Declaração de custos e contribuições</u>	
<u>II.20.2 Registos e outra documentação comprovativa dos custos e contribuições declaradas</u>	
<u>II.20.3 Condições para determinar o cumprimento com as práticas de contabilidade</u>	

<u>Artigo II.21 — Elegibilidade dos custos de entidades afiliadas ao beneficiário.....</u>	
<u>Artigo II.22 — Transferências de orçamento</u>	
<u>Artigo II.23 — Não cumprimento com as obrigações de relatório.....</u>	
<u>Artigo II.24 — Suspensão de pagamentos e tempo limite para pagamento.....</u>	
<u>II.24.1 Suspensão de pagamentos</u>	
<u>II.24.2 Suspensão do tempo limite para pagamento</u>	
<u>Artigo II.25 — Cálculo da quantia final da subvenção.....</u>	
<u>II.25.1 Passo 1 — Aplicação da taxa de reembolso aos custos elegíveis e soma das unidades de contribuição, das contribuições da taxa fixa e das contribuições do montante global.....</u>	
<u>II.25.2 Passo 2 — Limite à <i>quantia máxima da subvenção</i>.....</u>	
<u>II.25.3 Passo 3 — Redução devido à regra sem fins lucrativos.....</u>	
<u>II.25.4 Passo 4 — Redução devido a execução indevida ou quebra de outras obrigações.....</u>	
<u>Artigo II.26 — Cobrança</u>	
<u>II.26.1 Cobrança</u>	
<u>II.26.2 Procedimento de cobrança</u>	
<u>II.26.3 Juros sobre pagamentos em atraso</u>	
<u>II.26.4 Encargos bancários</u>	
<u>Artigo II.27 — Verificações, auditorias e avaliações</u>	
<u>II.27.1 Verificações técnicas e financeiras, auditorias, avaliações intercalares e finais.....</u>	
<u>II.27.2 Dever de guardar documentação</u>	
<u>II.27.3 Obrigação de facultar informação</u>	
<u>II.27.4 Visitas no local.....</u>	
<u>II.27.5 Procedimento de contraditório de auditoria</u>	

II.27.6 Efeitos das conclusões da auditoria.....

II.27.7 Correção de erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude
ou quebra de obrigações.....

II.27.8 Verificações e inspeções pelo OLAF.....

II.27.9 Verificações e auditorias pelo Tribunal de Contas Europeu.....

PARTE A — PROVISÕES LEGAIS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO II.1 — DEFINIÇÕES

As seguintes definições aplicam-se para efeito da Convenção:

«**Ação**»: o conjunto de atividades ou o projeto para os quais a subvenção foi concedida; para ser executada pelo beneficiário como descrito no Anexo II;

«**Conflito de interesses**»: uma situação na qual a execução imparcial e objetiva da Convenção pelo beneficiário esteja comprometida por razões que envolvam afinidades familiares, da vida emocional, políticas ou nacionais, interesses económicos, ou qualquer outro interesse partilhado com a Comissão ou qualquer terceira parte interveniente relacionada com o objeto da Convenção;

«**Custos diretos**»: aqueles custos específicos que estão diretamente ligados à execução da ação e podem, por isso, ser-lhe diretamente afetos. Podem não incluir quaisquer custos indiretos;

«**Custos indiretos**»: aqueles custos que não são custos específicos diretamente ligados à execução da ação que, por isso, não lhe podem ser diretamente afetos. Podem não incluir quaisquer custos identificáveis ou declarados como custos elegíveis diretos;

«**Data de início**»: a data na qual se inicia a execução da ação como estipulado no Artigo I.2.2;

«**Direito pré-existente**»: qualquer direito de propriedade industrial ou intelectual em material pré-existente, pode consistir num direito de propriedade, num direito de licença e/ou direito de uso pertencente ao beneficiário ou a quaisquer outras terceiras partes intervenientes;

«**Erro substancial**»: qualquer infração de uma provisão de uma convenção que resulte de um ato ou omissão, o qual ocasiona ou poderia ocasionar um prejuízo no orçamento da União;

«**Força maior**»: qualquer situação ou acontecimento imprevisto ou excecional fora do controlo das partes intervenientes que impede ambas de cumprirem as suas obrigações ao abrigo da Convenção, que não seja atribuível a erro ou negligência das suas partes nem da parte dos subadjudicatários das entidades afiliadas ou terceiras partes intervenientes beneficiárias de apoio financeiro e a qual se prova ser inevitável apesar do emprego das devidas diligências. O que se segue não pode ser invocado como força maior: litígios laborais, greves, dificuldades financeiras ou qualquer falha de um serviço, defeito em equipamento ou materiais ou atrasos em torná-los disponíveis, a não ser que provenham diretamente de um caso relevante de força maior;

«**Informação ou documentação confidencial**»: qualquer informação ou documentação recebida por qualquer das partes intervenientes no contexto da execução da Convenção que qualquer das partes intervenientes tenha identificado por escrito como confidencial. Não inclui informação que esteja disponível publicamente;

«**Irregularidade**»: qualquer infração de uma provisão da União que resulte de um ato ou omissão pelo beneficiário, o qual tem ou teria o efeito de lesar o orçamento da União;

«**Material pré-existente**»: quaisquer materiais, documentação, tecnologia ou conhecimento que existem anteriormente ao beneficiário os usarem para a produção de um resultado na execução da ação;

«**Notificação formal**»: forma de comunicação entre as partes intervenientes feita por carta ou correio eletrónico que fornece ao remetente provas convincentes de que a mensagem foi entregue ao destinatário especificado;

«**Período de execução**»: o período de execução das atividades que fazem parte da ação, como especificado no Artigo I.2.2;

«**Preposto**»: qualquer pessoa que tenha o poder de representar o beneficiário ou de tomar decisões em seu nome;

«**Quantia máxima da subvenção**»: a contribuição máxima da UE para a ação, como definido no Artigo I.3.1;

«**Subadjudicação**»: contrato de adjudicação nos termos do Artigo II.10, que cobre a execução por parte de uma terceira parte interveniente de tarefas que fazem parte da ação como descrito no Anexo II.

ARTIGO II.2 — OBRIGAÇÕES GERAIS DO BENEFICIÁRIO

O beneficiário:

- (a) é responsável por realizar a *ação* em conformidade com a Convenção;
- (b) deve cumprir com quaisquer obrigações legais com as quais esteja vinculado ao abrigo das leis aplicáveis da UE, internacionais e nacionais;
- (c) deve informar imediatamente a Comissão de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias dos quais o beneficiário está ciente de que possam afetar ou atrasar a execução da *ação*;
- (d) deve informar imediatamente a Comissão:

- (i) de qualquer mudança na sua situação legal, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade e de qualquer alteração no seu nome, morada ou representante legal;
- (ii) de qualquer mudança na situação legal, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade das suas entidades afiliadas e de qualquer alteração nos seus nomes, moradas ou representantes legais.

ARTIGO II.3 — COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES INTERVENIENTES

II.3.1 Forma e meios de comunicação

Qualquer comunicação relacionada com a Convenção ou com a sua execução deve:

- (a) ser feita por escrito (em papel ou suporte eletrónico);
- (b) indicar o número da convenção em questão; e
- (c) deve ser feita fazendo-se uso dos pormenores de comunicação identificados no Artigo I.6.

Se uma parte interveniente requerer confirmação escrita de uma comunicação eletrónica dentro de tempo razoável, o remetente tem de facultar uma versão em papel assinada do original da comunicação o mais cedo possível.

II.3.2 Data das comunicações

Qualquer comunicação é considerada efetuada quando a parte interveniente destinatária a recebe, a não ser que a Convenção declare que a comunicação é considerada ter sido efetuada na data em que a comunicação for enviada.

Mensagens eletrónicas são consideradas terem sido recebidas pela parte interveniente destinatária no dia de envio dessas mensagens eletrónicas, desde que tenham sido enviadas pelo endereço de correio eletrónico indicado no Artigo I.6. A parte interveniente remetente deve poder provar a data do envio. Se a parte interveniente remetente receber um relatório de não entrega, deve congrega todos os esforços para assegurar que a outra parte interveniente recebe efetivamente a comunicação por correio eletrónico ou por carta. Em tal caso, a parte interveniente remetente não é tida como em quebra da sua obrigação ao enviar tal comunicação num prazo especificado.

Cartas enviadas à Comissão fazendo-se uso do serviço postal ou correio expresso são consideradas terem sido recebidas pela Comissão na data na qual forem registadas pelo departamento identificado no Artigo I.6.2.

Notificações formais são consideradas terem sido recebidas pela parte interveniente destinatária na data de receção indicada na prova de depósito recebida pela parte interveniente remetente de que a mensagem foi entregue ao destinatário especificado.

ARTIGO II.4 — RESPONSABILIDADE POR DANOS

II.4.1 A Comissão não pode ser responsabilizada por quaisquer danos causados ou sustentados pelo beneficiário, incluindo qualquer dano causado por terceiras partes intervenientes como consequência da execução da *ação* ou no período de duração da mesma.

II.4.2 Salvo em casos de força maior, o beneficiário deve compensar a Comissão por quaisquer danos por ele sustentados como resultado da execução da *ação* ou porque a *ação* não foi executada em total cumprimento com a Convenção.

ARTIGO II.5 – CONFLITO DE INTERESSES

II.5.1 O beneficiário deve tomar todas as medidas necessárias para prevenir qualquer situação de *conflito de interesses*.

II.5.2 O beneficiário deve informar a Comissão o quanto antes de qualquer situação que constitua um *conflito de interesses* ou que provavelmente venha a levar a um. Deve imediatamente empreender todos os passos necessários para retificar esta situação.

A Comissão pode verificar que as medidas tomadas são adequadas e pode exigir que medidas adicionais sejam tomadas num prazo especificado.

ARTIGO II.6 – CONFIDENCIALIDADE

II.6.1 Durante a execução da *ação* e por cinco anos depois do pagamento do saldo, as partes intervenientes devem tratar com confidencialidade quaisquer *informações e documentação confidenciais*.

II.6.2 As partes intervenientes só podem usar *informações e documentação confidenciais* por motivos de cumprir as suas obrigações ao abrigo da Convenção se primeiro obtiveram por escrito a concordância prévia da outra parte interveniente.

II.6.3 As obrigações de confidencialidade não se aplicam se:

- (a) a parte interveniente divulgadora liberta a outra parte interveniente de tais obrigações;
- (b) as *informações e documentação confidenciais* tornam-se públicas por outros meios que não a quebra das obrigações de confidencialidade;
- (c) a divulgação das *informações e documentação confidenciais* for exigida por lei.

ARTIGO II.7 — PROCESSAMENTO DE DADOS PESSOAIS

II.7.1 Processamento de dados pessoais pela Comissão

Quaisquer dados pessoais incluídos na Convenção devem ser processados pela Comissão em cumprimento com o Regulamento (CE) n.º 2018/1725.

Tais dados devem ser processados pelo controlador de dados identificado no Artigo I.6.1 somente para executar, gerir e monitorizar a Convenção ou para proteger os interesses financeiros da UE, incluindo verificações, auditorias e investigações em conformidade com o Artigo II.27.

O beneficiário tem o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os corrigir. Para este efeito, o beneficiário deve enviar quaisquer questões sobre o processamento dos seus dados pessoais para o controlador de dados identificado no Artigo I.6.1.

O beneficiário poderá recorrer em qualquer altura à Autoridade Europeia de Proteção de Dados.

II.7.2 Processamento de dados pessoais pelo beneficiário

O beneficiário deve processar dados pessoais ao abrigo da Convenção em cumprimento com as leis aplicáveis da UE e da lei nacional sobre proteção de dados (incluindo autorizações ou requerimentos de notificações).

O beneficiário pode conceder acesso ao seu pessoal somente a dados que sejam estritamente necessários para a execução, gestão e monitorização da Convenção.

O beneficiário deve adotar medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas tendo em conta os riscos inerentes ao processamento dos dados pessoais em questão e a natureza dos mesmos.

Procede-se deste modo para:

- (a) prevenir que qualquer pessoa não autorizada tenha acesso a sistemas de computador que processem dados pessoais, e em especial:
 - (i) leitura, cópia, alteração não autorizadas ou remoção dos suportes de armazenamento;
 - (ii) introdução de dados não autorizado bem como divulgação, alteração ou eliminação não autorizadas dos dados pessoais armazenados;
 - (iii) uso não autorizado dos sistemas de processamento de dados através de equipamento de transmissão de dados;
- (b) assegurar que os utilizadores autorizados de um sistema de processamento de dados possam somente aceder a dados aos quais os seus direitos de acesso se referem;
- (c) registar que dados pessoais foram comunicados, quando e para quem;
- (d) assegurar que os dados pessoais processados em nome de terceiras partes intervenientes possam somente ser processados da maneira prescrita pela Comissão;
- (e) assegurar que, durante a comunicação dos dados pessoais e transporte dos suportes de armazenamento, os dados não possam ser lidos, copiados ou eliminados sem autorização;
- (f) conceber a sua estrutura organizacional de tal modo que satisfaçam os requisitos de proteção de dados.

ARTIGO II.8 — VISIBILIDADE DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO

II.8.1 Informação sobre o financiamento da União e uso do emblema da União Europeia

A não ser que a Comissão requeira ou concorde em contrário, qualquer comunicação e publicação feita pelo beneficiário que se relacione com uma *ação*, incluindo em conferências, seminários ou em quaisquer materiais de informação ou promoção (tal como brochuras, folhetos, pôsteres, apresentações, em formato eletrónico, etc.), deve:

- (a) indicar que a *ação* recebeu financiamento da União, e
- (b) ostentar o emblema da União Europeia.

Quando ostentado em associação com outro logótipo, o emblema da União Europeia deve ter uma proeminência adequada.

A obrigação de ostentar o emblema da União Europeia não confere ao beneficiário o direito de uso exclusivo. O beneficiário não se pode apropriar do emblema da União Europeia nem de qualquer marca registada semelhante ou logótipo, quer por registo ou por quaisquer outros meios.

Para efeitos da primeira, segunda e terceira alíneas e ao abrigo das condições aí especificadas, o beneficiário pode usar o emblema da União Europeia sem primeiro obter autorização da Comissão.

II.8.2 Cláusulas de desresponsabilização que excluem a responsabilidade da Comissão

Qualquer comunicação ou publicação que se relacione com uma *ação*, feita pelo beneficiário em qualquer formato e usando qualquer suporte, deve indicar:

- (a) que reflete somente o ponto de vista do autor; e
- (b) que a Comissão não é responsável por qualquer uso que seja feito da informação aí contida.

ARTIGO II.9 — DIREITOS PRÉ-EXISTENTES E PROPRIEDADE E USO DOS RESULTADOS (INCLUINDO DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAIS E INDUSTRIAIS)

II.9.1 Propriedade dos resultados pelo beneficiário

O beneficiário mantém a propriedade dos resultados da *ação*, incluindo os direitos de propriedade intelectuais e industriais, e dos relatórios e outra documentação com a mesma relacionados, salvo estipulado em contrário na Convenção.

II.9.2 Direitos pré-existent

Se a Comissão enviar ao beneficiário um requerimento por escrito a especificar quais dos resultados este pretende usar, o beneficiário deve:

- (a) elaborar uma lista a especificar todos os *direitos pré-existent* incluídos naqueles resultados; e
- (b) facultar esta lista à Comissão o mais tardar com o requerimento de pagamento do saldo.

O beneficiário deve assegurar-se ou às suas entidades afiliadas de que tem todos os direitos para usar quaisquer *direitos pré-existent* durante a execução da ação da Convenção.

II.9.3 Direitos de uso dos resultados e de direitos pré-existent pela União

O beneficiário concede à União os seguintes direitos de uso dos resultados da *ação*:

- (a) para os seus efeitos próprios e em particular para disponibilizar a pessoas que trabalham na Comissão, instituições, agências e órgãos da União e para instituições dos Estados-Membros, bem como copiar e reproduzir na totalidade ou em parte num número ilimitado de cópias;
- (b) reprodução: o direito de autorizar a reprodução direta ou indireta, temporária ou permanente dos resultados em qualquer suporte (mecânico, digital ou outro) e em qualquer formato, na totalidade ou em parte;
- (c) comunicação ao público: o direito de autorizar qualquer exposição ou comunicação ao público, através de meios de transmissão com ou sem fios, incluindo disponibilizar os resultados ao público de tal modo que os membros do público tenham a eles acesso a partir

- de um lugar e hora individualmente escolhidos por eles; este direito inclui igualmente comunicação e transmissão por cabo e satélite;
- (d) distribuição: o direito de autorizar qualquer forma de distribuição de resultados ou cópias dos resultados ao público;
 - (e) adaptação: o direito de modificar os resultados;
 - (f) tradução;
 - (g) o direito de armazenar e arquivar os resultados de acordo com o documento de regras de gestão aplicável à Comissão, incluindo digitalização ou conversão do formato para preservação ou para propósitos de usos novos;
 - (h) quando os resultados são documentação, o direito de autorizar o reuso da documentação em observância da Decisão da Comissão 2011/833/UE, de 12 de dezembro de 2011 sobre o reuso de documentação da Comissão se essa Decisão é aplicável e se a documentação está dentro do âmbito da mesma e se não for excluída por nenhuma das provisões da mesma. Para efeitos desta provisão, os termos «reuso» e «documentação» têm os significados que lhes são dados pela Decisão 2011/833/UE.

Os direitos de uso acima podem ser ainda mais especificados nas Condições Especiais.

Direitos adicionais de uso para a União podem estar estipulados nas Condições Especiais.

O beneficiário deve assegurar de que a União tem o direito de usar quaisquer *direitos pré-existent*s incluídos nos resultados da *ação*. Os *direitos pré-existent*s devem ser usados para os mesmos efeitos e ao abrigo das mesmas condições aplicáveis aos direitos de uso dos resultados da *ação*, salvo quando especificado em contrário nas Condições Especiais.

A informação sobre o proprietário dos direitos de autor deve ser inserida em casos quando o resultado seja divulgado pela União. A informação sobre os direitos de autor deve ler-se: «© — ano — nome do proprietário dos direitos de autor. Reservados todos os direitos. Licenciado à União Europeia ao abrigo de condições.»

Se o beneficiário conceder direitos de uso à Comissão, tal não afeta as suas obrigações de confidencialidade ao abrigo do Artigo II.6 ou as obrigações do beneficiário ao abrigo do Artigo II.2.

ARTIGO II.10 — CONCESSÃO DE ADJUDICAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO

II.10.1 Se a execução da *ação* exigir que um beneficiário contrate bens, trabalhos e serviços, este tem de conceder a adjudicação à proposta economicamente mais vantajosa ou, mais adequado, à proposta que ofereça o preço mais baixo. Ao fazer tal, deve evitar qualquer *conflito de interesses*.

O beneficiário deve assegurar que o Artigo II.27 é igualmente aplicável aos adjudicatários do beneficiário, em particular que a Comissão, o Tribunal de Contas Europeu e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) possam exercer os seus direitos ao abrigo do Artigo II.27 perante os adjudicatários do beneficiário.

II.10.2 O beneficiário que é a «autoridade adjudicante» nos termos da Diretiva 2014/24/UE¹ ou «autoridade adjudicante» nos termos da Diretiva 2014/25/UE² deve cumprir com a lei nacional de regras de contratação pública aplicável.

O beneficiário deve assegurar que as condições a ele aplicáveis ao abrigo dos Artigos II.4, II.5, II.6 e II.9 sejam igualmente aplicáveis aos adjudicatários.

II.10.3 O beneficiário mantém-se o único responsável pela realização da *ação* em questão e pelo cumprimento com a Convenção.

II.10.4 Se o beneficiário quebrar as suas obrigações ao abrigo do artigo II.10.1 os custos relacionados com a adjudicação em questão são considerados inelegíveis em conformidade com o Artigo II.19.2 (c), (d) e (e).

Se o beneficiário quebrar as suas obrigações ao abrigo do artigo II.10.2, a subvenção pode ser reduzida em conformidade com o Artigo II.25.4.

ARTIGO II.11 — SUBADJUDICAÇÃO DE TAREFAS QUE FAZEM PARTE DA AÇÃO

¹ Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, sobre contratação pública, o que revoga a Diretiva 2004/18/CE.

² Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, sobre contratação por entidades que operam na nos sectores da água, energia, transportes e serviços postais, o que revoga a Diretiva 2004/17/CE.

II.11.1 O beneficiário pode subadjudicar tarefas que fazem parte da ação. Se assim fizer, este deve assegurar que, além das condições especificadas no artigo II.10, que as seguintes condições são igualmente cumpridas:

- (a) a subadjudicação não cobre as tarefas principais da *ação*;
- (b) o recurso à subadjudicação é justificado dada a natureza da *ação* e aquilo que é necessário para a sua execução;
- (c) os custos estimados da subadjudicação estão claramente identificados no orçamento estimado determinado no Anexo II;
- (d) qualquer recurso à subadjudicação, se não estipulado no Anexo II, é comunicado pelo beneficiário e aprovado pela Comissão. A Comissão pode conceder autorização:
 - (i) antes de qualquer recurso à subadjudicação, se o beneficiário requerer uma alteração como estipulado no Artigo II.13, ou
 - (ii) após recurso à subadjudicação se a subadjudicação:
 - estiver especificamente justificada no relatório intercalar ou no relatório técnico final mencionados nos Artigos I.4.3 e I.4.4; e
 - não acarretar mudanças na Convenção que ponham em causa a decisão de conceder a subvenção ou que sejam contrárias ao tratamento equitativo dos candidatos;
- (e) o beneficiário assegura que as condições a ele aplicáveis ao abrigo do Artigo II.8 sejam igualmente aplicáveis aos subadjudicatários.

II.11.2 Se o beneficiário quebrar as suas obrigações ao abrigo do Artigo II.11.1 (a), (b), (c) ou (d), os custos relacionados com a adjudicação em questão são considerados inelegíveis em conformidade com o Artigo II.19.2 (f).

Se o beneficiário quebrar as suas obrigações ao abrigo do Artigo II.11.1 (e), a subvenção pode ser reduzida em conformidade com o Artigo II.25.4.

ARTIGO II.12 — APOIO FINANCEIRO A TERCEIRAS PARTES INTERVENIENTES

II.12.1 Se, aquando da execução da *ação* o beneficiário tiver de dar apoio financeiro a terceiras partes intervenientes, o beneficiário deve dar tal apoio em conformidade com as condições especificadas no Anexo II. Ao abrigo dessas condições, pelo menos a seguinte informação deve ser declarada:

- (a) a quantia máxima de apoio financeiro. Esta quantia não pode exceder os 60 000 EUR para cada terceira parte interveniente salvo se o apoio financeiro for o objetivo principal da *ação* como especificado no Anexo II;
- (b) os critérios para apuramento da quantia exata do apoio financeiro;
- (c) os diferentes tipos de atividade que podem receber apoio financeiro, com base numa lista fixa;
- (d) as pessoas ou categorias de pessoas que podem receber apoio financeiro;
- (e) os critérios para dar o apoio financeiro.

II.12.2 Como exceção ao Artigo II.12.1, se o apoio financeiro vier em forma de prémio, o beneficiário deve dar tal apoio financeiro em conformidade com as condições especificadas no Anexo II. Ao abrigo dessas condições, pelo menos a seguinte informação deve ser declarada:

- (a) as condições para a participação;
- (b) os critérios de concessão;
- (c) a quantia do prémio;

(d) as disposições de pagamento.

II.12.3 O beneficiário deve assegurar que as condições a ele aplicáveis ao abrigo dos Artigos II.4, II.5, II.6, II.8, II.9 e II.27 sejam igualmente aplicáveis às terceiras partes intervenientes que recebem o apoio financeiro.

ARTIGO II.13 — ALTERAÇÕES À CONVENÇÃO

II.13.1 Qualquer alteração à Convenção deve ser efetuada por escrito.

II.13.2 Uma alteração pode não ter o intuito ou o efeito de fazer mudanças na Convenção que ponham em causa a decisão de conceder uma subvenção ou que sejam contrárias ao tratamento equitativo dos candidatos.

II.13.3 Qualquer requerimento para alteração deve:

- a) ser devidamente justificado;
- b) ser acompanhado por documentação comprovativa adequada; e
- c) ser enviado para a outra parte interveniente no devido tempo antes que entre em vigor, e em qualquer caso um mês antes do fim do *período de execução*.

O ponto (c) não se aplica em casos devidamente fundamentados pela parte interveniente que requereu a alteração se a outra parte interveniente concordar.

II.13.4 No caso de uma subvenção de funcionamento o período determinado no Artigo I.2.2 não será prolongado por via das alterações.

II.13.5 As alterações entram em vigor na data na qual a última parte interveniente assinar ou na data do deferimento ao requerimento de alteração.

As alterações começam a produzir efeitos na data acordada pelas partes intervenientes ou, na ausência de tal data acordada, na data na qual a alteração entra em vigor.

ARTIGO II.14 — CESSÃO DE CRÉDITOS PARA PAGAMENTOS A TERCEIRAS PARTES INTERVENIENTES

II.14.1 O beneficiário pode não ceder nenhuma das suas pretensões de pagamento por parte da Comissão a uma terceira parte interveniente, salvo se aprovado pela Comissão com base num requerimento fundamentado escrito pelo beneficiário.

Se a Comissão não aceitar esta cessão ou os termos da mesma não estiverem em conformidade, a cessão não tem efeito naquela.

II.14.2 Em circunstância alguma pode uma cessão desobrigar o beneficiário das suas obrigações perante a Comissão.

ARTIGO II.15 — FORÇA MAIOR

II.15.1 Uma parte interveniente que se depare com uma força maior deve sem demora enviar uma *notificação formal* para a outra parte interveniente a declarar a natureza da situação ou do acontecimento, a sua provável duração e os efeitos previstos.

II.15.2 As partes intervenientes devem tomar as medidas necessárias para reduzir quaisquer danos devidos à força maior. Devem fazer o seu melhor para retomar a execução da *ação* o mais cedo possível.

II.15.3 A parte interveniente que se depare com uma força maior não pode ser tida como em quebra das suas obrigações ao abrigo da Convenção se a mesma foi impedida de as cumprir por causa da força maior.

ARTIGO II.16 — SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA AÇÃO

II.16.1 Suspensão da execução pelo beneficiário

O beneficiário pode suspender a execução da *ação* ou parte da mesma se circunstâncias excecionais tornarem a execução impossível ou extremamente difícil, em particular em caso de força maior.

O beneficiário deve informar imediatamente a Comissão a declarar:

- (a) as razões para a suspensão, incluindo pormenores sobre a data ou período de quando as circunstâncias excecionais ocorreram; e
- (b) a data expectável de retoma.

Uma vez que as circunstâncias permitam que o beneficiário retome a execução da *ação*, o beneficiário deve informar imediatamente a Comissão e apresentar um requerimento para alteração da Convenção como estipulado no Artigo II.16.3. Esta obrigação não se aplica se à Convenção for dado término em conformidade com o Artigo II.17.1 ou pontos (b) ou (c) do Artigo II.17.2.1.

II.16.2 Suspensão da execução pela Comissão

II.16.2.1 Fundamentos para a suspensão

A Comissão pode suspender a execução da *ação* ou uma parte da mesma:

- (a) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário cometeu *erros substanciais*, *irregularidades* ou *fraude* no procedimento de concessão ou aquando da execução da Convenção ou se o beneficiário falha em cumprir com as suas obrigações ao abrigo da Convenção;
- (b) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário cometeu erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou quebra grave das obrigações noutras subvenções financiadas pela União ou pela Comunidade Europeia da Energia Atómica («Euratom») concedidas ao beneficiário sob condições semelhantes, e os erros, *irregularidades*, *fraude* ou quebra tenham um impacto material nesta subvenção; ou
- (c) se a Comissão tiver a suspeita de *erros substanciais*, *irregularidades*, *fraude* ou quebra das obrigações cometidos pelo beneficiário no procedimento de concessão ou aquando da execução da Convenção e precise de verificar se aqueles efetivamente ocorreram.

II.16.2.2 Procedimento de suspensão

Passo 1 — Antes da suspensão da execução da *ação*, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) a informá-lo:
 - (i) das suas intenções de suspender a execução;
 - (ii) das razões para a suspensão;
 - (iii) das condições necessárias para a retoma da execução nos casos mencionados nos pontos (a) e (b) do Artigo II.16.2.1; e
- (b) a convocá-lo para enviar observações nos 30 dias consecutivos após receber a *notificação formal*.

Passo 2 — Se a Comissão não receber observações ou decidir prosseguir o procedimento apesar das observações que recebeu, esta deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- (a) da suspensão da execução;
- (b) das razões para a suspensão; e
- (c) das condições finais para a retoma da execução nos casos mencionados nos pontos (a) e (b) do Artigo II.16.2.1; ou
- (d) da data indicativa da conclusão da verificação necessária no caso mencionado no ponto (c) do Artigo II.16.2.1.

A suspensão produz efeitos no dia em que a *notificação formal* for recebida pelo beneficiário ou numa data posterior especificada na *notificação formal*.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo de que não vai dar continuação ao procedimento de suspensão.

II.16.2.3 Retoma da execução

De modo que se retome a execução, o beneficiário deve satisfazer as condições notificadas o mais cedo possível e deve informar a Comissão de quaisquer progressos feitos.

Se as condições para retomar a execução forem satisfeitas ou as verificações necessárias forem realizadas, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) a informá-lo de que as condições para retirar a suspensão foram satisfeitas; e
- (b) a solicitar-lhe que apresente um requerimento para alteração da convenção como estipulado no Artigo II.16.3. Esta obrigação não se aplica se à Convenção for dado

término em conformidade com o Artigo II.17.1 ou pontos (b), (f) ou (g) do Artigo II.17.2.1.

II.16.3 Efeitos da suspensão

II.16.3.1 Se a execução da *ação* puder ser retomada e à Convenção não tiver sido dado término, uma alteração da Convenção deve ser feita em conformidade com o Artigo II.13 de modo que:

- (a) se fixe uma data na qual a *ação* irá ser retomada;
- (b) se prolongue a duração da *ação*; e
- (c) se faça outras mudanças necessárias para adaptar a *ação* à nova situação.

A suspensão é retirada com efeito a partir da data de retoma fixada na alteração. Esta data pode ser anterior à data na qual a alteração entra em vigor.

Os custos incorridos durante o período de suspensão que se relacionam com a execução da *ação* suspensa ou com a parte suspensa da mesma podem não ser reembolsados ou cobertos pela subvenção.

A suspensão da execução da *ação* não afeta o direito da Comissão de dar término à Convenção em conformidade com o Artigo II.17.2, de reduzir a subvenção ou de cobrar quantias pagas indevidamente em conformidade com os Artigos II.25.4 e II.26.

Nenhuma das partes intervenientes pode pedir indemnizações decorrentes da suspensão à outra parte interveniente.

ARTIGO II.17 — TÉRMINO DA CONVENÇÃO

II.17.1 Término da Convenção pelo beneficiário

O beneficiário pode dar término à Convenção.

O beneficiário deve enviar uma *notificação formal* do término à Comissão a declarar:

- (a) as razões do término; e
- (b) a data na qual o término produz efeitos. Esta data deve ser fixada após a *notificação formal*.

Se o beneficiário não declarar as razões do término ou se a Comissão considerar que as razões não justificam o término, a Convenção é considerada como tendo sido dado término indevidamente.

O término produz efeitos no dia especificado na *notificação formal*.

II.17.2 Término da Convenção pela Comissão

II.17.2.1 Fundamentos para o término

A Comissão pode dar término à Convenção se:

- (a) uma mudança na situação legal, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade do beneficiário provavelmente afete substancialmente a execução da Convenção ou ponha em causa a decisão de conceder a subvenção;
- (b) o beneficiário não executar uma *ação* como descrita no Anexo II ou se falha em cumprir com outras obrigações substanciais a ele incumbentes ao abrigo da Convenção;
- (c) a execução de uma *ação* for impedida ou suspensa devido a força maior ou circunstâncias excecionais e se:
 - i. a retoma for impossível; ou
 - ii. as mudanças necessárias à Convenção pusessem em causa a decisão de conceder a subvenção ou fossem contrárias ao tratamento equitativo dos candidatos;
- (d) o beneficiário ou qualquer pessoa que assuma responsabilidade ilimitada pelas dívidas do beneficiário se encontre em qualquer das situações estipuladas nos pontos (a) ou (b) do Artigo 106(1) do Regulamento Financeiro³;
- (e) o beneficiário ou qualquer *preposto* que se encontre em qualquer das situações estipuladas nos pontos (c), (d), (e) ou (f) do Artigo 106(1) ou se encontre ao abrigo do Artigo 106(2) do Regulamento Financeiro;
- (f) a Comissão tiver provas de que o beneficiário ou qualquer *preposto* cometeu *erros substanciais, irregularidades* ou *fraude* no procedimento de concessão ou aquando da execução da Convenção, incluindo se o beneficiário ou *preposto* enviou informação falsa ou falhou no facultar de informação solicitada;
- (g) a Comissão tiver provas de que o beneficiário cometeu erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades, fraude* ou quebra grave das obrigações noutras subvenções financiadas pela União ou pela Euratom concedidas ao beneficiário sob condições semelhantes e tais erros, *irregularidades, fraude* ou quebra tenham um impacto material nesta subvenção; ou
- (h) a Comissão tiver enviado ao beneficiário uma *notificação formal* a pedir que ponha fim à participação da sua entidade afiliada porque essa entidade se encontra numa situação estipulada nos pontos (e), (f) ou (g) e o beneficiário falhou no requerimento de uma alteração a pôr fim à participação da entidade e a realocar as suas tarefas;
- (i) o beneficiário ou qualquer preposto ou qualquer pessoa singular que seja essencial para a concessão ou execução da Convenção tenha criado uma entidade sob uma jurisdição diferente com o intuito de se esquivar de obrigações fiscais, sociais ou de

³ Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, sobre as regras financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União.

outras obrigações legais quaisquer na jurisdição da respetiva sede social, administração central ou local principal de negócio;

(j) o beneficiário ou qualquer preposto ou qualquer pessoa singular que seja essencial para a concessão ou execução da Convenção tiver sido criado(a) com o intuito mencionado no ponto (i).

II.17.2.2 Procedimento de término

Passo 1 — Antes do término da Convenção, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

(a) a informá-lo:

(i) das suas intenções de término;

(ii) das razões para o término; e

b) a solicitar que, nos 45 dias consecutivos após receber a notificação formal:

(i) envie observações; e

(ii) no caso do ponto (b) do Artigo II.17.2.1, informe a Comissão das medidas para assegurar o cumprimento com as obrigações ao abrigo da Convenção.

Passo 2 — Se a Comissão não receber observações ou decidir prosseguir o procedimento apesar das observações que recebeu, esta enviará uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo do término e data na qual este produz efeitos.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo de que não vai dar continuação ao procedimento de término.

O término produz efeitos:

(a) para termos ao abrigo dos pontos (a), (b) e (d) do artigo II.17.2.1: no dia especificado na *notificação formal* do término mencionado na segunda alínea (i.e. no Passo 2 acima);

(b) para termos ao abrigo dos pontos (c), (e), (f), (g) e (h), (i), (j) do Artigo II.17.2.1: no dia após o beneficiário receber a *notificação formal* do término mencionado na segunda alínea (i.e. no Passo 2 acima).

II.17.3 Efeitos do término

II.17.3.1 Efeitos de dar término à Convenção:

No prazo de 60 dias consecutivos a partir do dia no qual o término produz efeitos, o beneficiário deve enviar um requerimento de pagamento do saldo como estipulado no Artigo I.4.4.

Se a Comissão não receber o requerimento de pagamento do saldo no prazo acima, somente os custos que estão incluídos num relatório técnico aprovado e, quando relevante, numa declaração financeira aprovada serão reembolsados ou cobertos pela subvenção.

Se à Convenção for dado término pela Comissão porque o beneficiário teve uma quebra na sua obrigação de enviar um requerimento de pagamento do saldo, o beneficiário não pode enviar requerimento algum para pagamento após o término. Nesse caso a segunda alínea aplica-se.

A Comissão calcula a quantia final da subvenção como mencionado no Artigo II.25 e o saldo como mencionado no Artigo I.4.5 com base nos relatórios enviados. Somente os custos incorridos antes de o término produzir efeitos serão reembolsados ou cobertos pela subvenção. Custos relacionados com adjudicações para realização somente após o término não são tidos em conta e não serão reembolsados nem cobertos pela subvenção.

A Comissão pode reduzir a subvenção em conformidade com o Artigo II.25.4 em caso de:

- (a) término indevido da Convenção pelo beneficiário nos termos do Artigo II.17.1; ou
- (b) término da Convenção pela Comissão em qualquer dos fundamentos determinados nos pontos (b), (e), (f), (g) e (h) do Artigo II.17.2.1.

Nenhuma das partes intervenientes pode pedir indemnizações no fundamento de que a outra parte interveniente deu término à Convenção.

Após o término, as obrigações do beneficiário continuam a aplicar-se, em particular aquelas ao abrigo dos Artigos I.4, II.6, II.8, II.9, II.14, II.27 e quaisquer provisões adicionais sobre o uso de resultados, como determinado nas Condições Especiais.

ARTIGO II.18 — LEI APLICÁVEL, RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E DECISÕES EXECUTÓRIAS

II.18.1 A Convenção é regulada pela lei aplicável da União e complementada, quando necessário, pela lei da Bélgica.

II.18.2 Em conformidade com o Artigo 272 TFUE, o Tribunal Geral, ou, em recurso, o Tribunal de Justiça da União Europeia, tem jurisdição exclusiva para dirimir qualquer litígio entre a União e o beneficiário no que diz respeito à interpretação, aplicação ou validade da Convenção, se tal litígio não poder ter resolução amigável.

II.18.3 Em conformidade com o Artigo 299 TFUE, para efeitos de cobrança nos termos do Artigo II.26, a Comissão pode adotar uma decisão executória para impor obrigações pecuniárias em pessoas que não Estados.

Uma *ação* pode ser intentada contra tal decisão perante o Tribunal Geral da União Europeia em conformidade com o Artigo 263 TFUE.

PARTE B — PROVISÕES FINANCEIRAS

ARTIGO II.19 — CUSTOS ELEGÍVEIS

II.19.1 Condições para a elegibilidade de custos

Os *custos elegíveis* da *ação* são custos efetivamente incorridos pelo beneficiário e que satisfaçam os seguintes critérios:

- (a) são incorridos dentro do *período de execução*, à execução de custos relacionados com o requerimento de pagamento do saldo e a documentação comprovativa correspondente mencionada no Artigo I.4.4;
- (b) estão indicados no orçamento estimado de uma *ação*. O orçamento estimado está determinado no Anexo II;
- (c) incorrem em conexão com a *ação* como descrita no Anexo II e são necessários à sua execução;
- (d) são identificáveis e verificáveis, em particular são registados nos registos contabilísticos do beneficiário e determinados em conformidade com as normas contabilísticas do país onde o beneficiário está estabelecido e em conformidade com as práticas de contabilidade habituais do beneficiário;
- (e) cumprem com os requisitos da legislação fiscal e social aplicáveis; e
- (f) são razoáveis, justificados e cumprem com o princípio da boa gestão financeira, em particular quanto à economia e eficiência.

II.19.2 Custos diretos elegíveis

Para serem elegíveis os *custos diretos* de uma *ação* devem cumprir com as condições de elegibilidade determinadas no Artigo II.19.1.

Em particular, as seguintes categorias de custos são *custos diretos* elegíveis, desde que satisfaçam as condições de elegibilidade determinadas no Artigo II.19.1 bem como as seguintes condições:

- (a) os custos com pessoal que trabalha ao abrigo de um contrato de trabalho com o beneficiário ou ato designativo equivalente e que seja afetos à ação, desde que estes custos estejam de acordo com a política habitual de remuneração do beneficiário;

Estes custos incluem os salários efetivos mais contribuições para a segurança social e outros custos estatutários incluídos na remuneração. Podem igualmente abranger remunerações adicionais, incluindo pagamentos na base de contratos suplementares independentemente da natureza desses contratos, desde que sejam pagos de modo consistente sempre que o mesmo tipo de trabalho ou conhecimento seja requisitado, independentemente da fonte de financiamento usada;

Estes custos com pessoas singulares que trabalham ao abrigo de um contrato com o beneficiário que não seja um contrato de trabalho ou que são destacados para o beneficiário por uma terceira parte interveniente mediante pagamento podem igualmente ser incluídos em tais custos com pessoal, desde que as seguintes condições sejam observadas:

- (i) a pessoa trabalha em condições semelhantes àsquelas de um empregado (em particular no que concerne ao modo como o trabalho é organizado, as tarefas que são realizadas e as instalações onde são realizadas);
 - (ii) o resultado do trabalho é pertença do beneficiário (a não ser quando acordado em contrário); e
 - (iii) os custos não são significativamente diferentes dos custos com pessoal auxiliar que realiza tarefas semelhantes ao abrigo de um contrato de trabalho com o beneficiário;
- (b) os custos de viagem e as ajudas de custo relacionadas, desde que estes custos estejam de acordo com as práticas de viagem habituais do beneficiário;
- (c) os custos de amortização do equipamento e outros bens (novos ou em segunda mão) como registados nas declarações financeiras do beneficiário, desde que o bem:
- (i) seja amortizado em conformidade com as normas contabilísticas internacionais e as práticas de contabilidade habituais do beneficiário; e
 - (ii) tenha sido adquirido em conformidade com o Artigo II.10.1 se a aquisição ocorreu dentro do *período de execução*.

Os custos de aluguer ou locação de equipamento ou de outros bens são igualmente elegíveis, desde que estes custos não excedam os custos de amortização de equipamento ou bens semelhantes e que não tenham quaisquer taxas;

Só uma porção da amortização do equipamento, os custos de aluguer e locação correspondentes ao *período de execução* e a taxa de utilização efetiva para efeitos da *ação* podem ser tidos em conta aquando da determinação dos custos elegíveis. A título excecional, o custo total da aquisição de equipamento pode ser elegível ao abrigo das Condições Especiais, se tal for justificado pela natureza da *ação* e pelo contexto de utilização dos equipamentos ou bens;

- (d) custos com consumíveis e fornecimentos, desde que estes:
 - (i) sejam adquiridos em conformidade com o Artigo II.10.1; e
 - (ii) sejam diretamente afetos à *ação*;
- (e) custos decorrentes diretamente de requisitos impostos pela Convenção (disseminação de informação, avaliação específica da *ação*, auditorias, traduções, reprodução), incluindo os custos de garantias financeiras solicitadas, desde que os serviços correspondentes sejam adquiridos em conformidade com o Artigo II.10.1;
- (f) custos resultantes de *subadjudicações* nos termos do Artigo II.11, desde que as condições definidas no Artigo II.11.1 (a), (b), (c) e (d) sejam satisfeitas;
- (g) custos com apoio financeiro a terceiras partes intervenientes nos termos do Artigo II.12, desde que as condições definidas nesse Artigo sejam satisfeitas;
- (h) direitos alfandegários, impostos e encargos pagos pelo beneficiário, nomeadamente imposto sobre valor acrescentado (IVA), desde que estes estejam incluídos nos *custos diretos* elegíveis, e a menos que especificado em contrário na Convenção.

II.19.3 Custos indiretos elegíveis

Para serem elegíveis, os *custos indiretos* de uma *ação* devem representar uma repartição equitativa da globalidade das despesas gerais do beneficiário e devem cumprir com as condições de elegibilidade determinadas no Artigo II.19.1.

Os *custos indiretos* elegíveis devem ser declarados com base numa taxa fixa de 7% do total dos *custos diretos* elegíveis a menos que especificado em contrário no Artigo I.3.2.

II.19.4 Custos inelegíveis

Além de quaisquer custos que não observem as condições determinadas no Artigo II.19.1, os seguintes custos podem não ser considerados elegíveis:

- (a) remuneração do capital e dividendos pagos pelo beneficiário;
- (b) dívidas e encargos de dívidas;
- (c) provisões para perdas ou dívidas;
- (d) juros em dívida;
- (e) dívidas de cobrança duvidosa;

- (f) perdas cambiais;
- (g) custos de transferências da Comissão cobradas pelo banco do beneficiário;
- (h) custos declarados pelo beneficiário ao abrigo de outra ação alvo de uma subvenção financiada pela União. Tais subvenções incluem subvenções concedidas por um Estado Membro e financiadas pelo orçamento da União e subvenções concedidas por órgãos que não a Comissão para efeito de pôr em execução o orçamento da União. Em particular, se o beneficiário receber uma subvenção de funcionamento financiada pelos orçamentos da UE ou da Euratom, pode não declarar custos indiretos pelo(s) período(s) coberto(s) pela subvenção de funcionamento, a menos que possa demonstrar que a subvenção de funcionamento não cobre quaisquer custos da ação;
- (i) contribuições em espécie de terceiras partes intervenientes;
- (j) despesas excessivas ou imprudentes;
- (k) IVA dedutível.

ARTIGO II.20 — IDENTIFICABILIDADE E VERIFICABILIDADE DAS QUANTIAS DECLARADAS

II.20.1 Declaração de custos e contribuições

O beneficiário deve declarar como custos elegíveis ou como contribuição solicitada:

- (a) para custos efetivos: os custos efetivamente por ele incorridos para a *ação*;
- (b) para unidades de custo ou unidades de contribuição: a quantia obtida ao se multiplicar a quantia por unidade especificada no Anexo IV pelo número efetivo de unidades usadas ou produzidas;
- (c) para custos com o montante global ou contribuições do montante global: a quantia global especificada no Artigo I.3.2, se as tarefas correspondentes ou parte da *ação* como descrita no Anexo II foram executadas devidamente;
- (d) para custos com a taxa fixa ou contribuições da taxa fixa: a quantia obtida ao se aplicar a taxa fixa especificada no Artigo I.3.2;
- (e) para unidades de custo declaradas com base nas práticas de contabilidade habituais do beneficiário: a quantia obtida ao se multiplicar a quantia por unidade calculada em conformidade com as práticas de contabilidade habituais do beneficiário pelo número efetivo de unidades usadas ou produzidas;
- (f) para custos com o montante global declarados com base nas práticas de contabilidade habituais do beneficiário: a quantia global calculada em conformidade com as práticas de contabilidade habituais do beneficiário, se as tarefas correspondentes ou parte da *ação* foram executadas devidamente;
- (g) para custos com a taxa fixa declarados com base nas práticas de contabilidade habituais do beneficiário: a quantia obtida ao aplicar-se a taxa fixa calculada em conformidade com as práticas de contabilidade habituais do beneficiário.

II.20.2 Registos e outra documentação comprovativa dos custos e contribuições declaradas

O beneficiário deve facultar o que se segue se solicitado para assim o fazer no contexto das verificações e auditorias descritas no Artigo II.27:

- (a) para custos efetivos: documentação comprovativa adequada para fazer prova dos custos declarados, tais como contratos, faturas e registos contabilísticos.

Além disso, os procedimentos contabilísticos e de controlo interno habituais do beneficiário devem permitir reconciliação direta das quantias declaradas com as quantias registadas nas suas declarações financeiras e com as quantias indicadas na documentação comprovativa;

- (b) para unidades de custo ou unidades de contribuição: documentação comprovativa adequada para fazer prova do número de unidades declaradas.

O beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos ou de facultar documentação comprovativa, tal como declarações financeiras, para fazer prova da quantia declarada por unidade;

- (c) para custos com o montante global ou contribuições do montante global: documentação comprovativa adequada para fazer prova de que a *ação* foi executada devidamente.

O beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos ou de facultar documentação comprovativa, tal como declarações financeiras, para fazer prova da quantia declarada como montante global;

- (d) para custos com a taxa fixa ou contribuições da taxa fixa: documentação comprovativa adequada para fazer prova dos custos elegíveis ou da contribuição solicitada à qual a taxa fixa se aplica.

O beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos ou de facultar documentação comprovativa, tal como declarações financeiras, para a taxa fixa aplicada;

- (e) para unidades de custo declaradas com base nas práticas de contabilidade habituais do beneficiário: documentação comprovativa adequada para fazer prova do número de unidades declaradas.
- (f) para custos com o montante global declarados com base nas práticas de contabilidade habituais do beneficiário: documentação comprovativa adequada para fazer prova de que a *ação* foi executada devidamente.
- (g) para custos com a taxa fixa declarados com base nas práticas de contabilidade habituais do beneficiário: documentação comprovativa adequada para fazer prova dos custos elegíveis aos quais a taxa se aplica.

II.20.3 Condições para determinar o cumprimento com as práticas de contabilidade

II.20.3.1 No caso dos pontos (e), (f) e (g) do Artigo II.20.2, o beneficiário não precisa de identificar os custos elegíveis efetivos cobertos, mas deve assegurar que as práticas de contabilidade usadas para efeito de declaração dos custos elegíveis estão em cumprimento com as seguintes condições:

- (a) as práticas de contabilidade usadas constituem as suas práticas de contabilidade habituais e são aplicadas de modo consistente, baseadas em critérios objetivos independentes da fonte de financiamento;
- (b) os custos declarados podem ser diretamente reconciliados com as quantias registadas na sua contabilidade geral; e
- (c) as categorias de custo usadas para efeito de determinação dos custos declarados não têm quaisquer custos inelegíveis ou custos cobertos por outras formas de subvenção como estipulado no Artigo I.3.2.

II.20.3.2 Se as Condições Especiais assim o estipularem, o beneficiário deve enviar à Comissão um requerimento a pedir que esta avalie o cumprimento com as suas práticas de contabilidade habituais. Se exigido pelas Condições Especiais, o requerimento deve-se fazer acompanhar por um certificado do cumprimento com as práticas de contabilidade («certificado do cumprimento com as práticas de contabilidade»).

O certificado do cumprimento com as práticas de contabilidade deve:

- (a) ser apresentado por um auditor aprovado ou, se o beneficiário for um órgão público, por um funcionário público competente e independente; e
- (b) redigido em conformidade com o Anexo VII.

O certificado deve certificar que as práticas de contabilidade habituais do beneficiário usadas para efeito de declaração de custos elegíveis cumprem com as condições definidas no Artigo II.20.3.1 e com as condições adicionais que possam estar definidas nas Condições Especiais.

II.20.3.3 Se a Comissão confirmar que as práticas de contabilidade habituais do beneficiário estão em conformidade, os custos declarados na aplicação destas práticas não podem ser impugnados *ex post*, se:

- (a) as práticas efetivamente usadas cumprem com aquelas aprovadas pela Comissão; e
- (b) o beneficiário não ocultou qualquer informação para efeito de aprovação das suas práticas de contabilidade.

ARTIGO II.21— ELEGIBILIDADE DOS CUSTOS DE ENTIDADES AFILIADAS AO BENEFICIÁRIO

Se as Condições Especiais incluírem uma provisão sobre entidades afiliadas ao beneficiário, os custos incorridos por tal entidade são elegíveis, se:

- (i) satisfizerem as mesmas condições ao abrigo dos Artigos II.19 e II.20 a que está sujeito o beneficiário; e
- (ii) se o beneficiário assegurar que as condições a ele aplicáveis ao abrigo dos Artigos II.4, II.5, II.6, II.8, II.10, II.11 e II.27 são igualmente aplicáveis à entidade.

ARTIGO II.22 — TRANSFERÊNCIAS DE ORÇAMENTO

Ao beneficiário é permitido ajustar o orçamento estimado determinado no Anexo II por meio de transferências entre as diferentes categorias de orçamento, se a *ação* for executada como descrito no Anexo II. Este ajuste não exige uma alteração da Convenção como estipulado no Artigo II.13.

Porém, o beneficiário não pode acrescentar custos relacionados com *subadjudicações* não estipuladas no Anexo II, a menos que tais *subadjudicações* adicionais sejam aprovadas pela Comissão em conformidade com o Artigo II.11.1(d).

As primeiras duas alíneas não se aplicam a quantias que, como estipulado no Artigo I.3.2, venham em forma de montantes globais.

ARTIGO II.23 — NÃO CUMPRIMENTO COM AS OBRIGAÇÕES DE RELATÓRIO

A Comissão pode dar término à Convenção como estipulado no Artigo II.17.2.I(b) e pode reduzir a subvenção como estipulado no Artigo II.25.4 se o beneficiário:

- (a) não enviar um requerimento para pagamento intercalar ou pagamento do saldo fazendo-se acompanhar pela documentação mencionada nos Artigos I.4.3 ou I.4.4 no prazo de 60 dias consecutivos após o fim do período de relatório correspondente; e
- (b) ainda não apresentou tal requerimento no prazo subsequente de 60 dias consecutivos após aviso escrito enviado pela Comissão.

ARTIGO II.24 — SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS E TEMPO LIMITE PARA PAGAMENTO

II.24.1 Suspensão de pagamentos

II.24.1.1 Fundamentos para suspensão

A Comissão pode em qualquer altura suspender, na totalidade ou em parte, os pagamentos de pré-financiamento, os pagamentos intercalares ou o pagamento do saldo:

- (a) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário cometeu *erros substanciais*, *irregularidades* ou *fraude* no procedimento de concessão ou aquando da execução da ou se o beneficiário falha em cumprir com as suas obrigações ao abrigo da Convenção;
- (b) se a Comissão tiver provas de que o beneficiário cometeu erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou quebra grave das obrigações noutras subvenções financiadas pela União ou pela Comunidade Europeia da Energia Atómica («Euratom») concedidas ao beneficiário sob condições semelhantes, e os erros, *irregularidades*, *fraude* ou quebra tenham um impacto material nesta subvenção; ou

- (c) se a Comissão tiver a suspeita de *erros substanciais, irregularidades, fraude* ou quebra das obrigações cometidos pelo beneficiário no procedimento de concessão ou aquando da execução da Convenção e precise de verificar se aqueles efetivamente ocorreram.

II.24.1.2 Procedimento de suspensão

Passo 1 — Antes da suspensão dos pagamentos, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) a informá-lo:
- (i) das suas intenções de suspender os pagamentos;
 - (ii) das razões para a suspensão;
 - (iii) nos casos mencionados nos pontos (a) e (b) do Artigo II.24.1.1, das condições que precisam de ser satisfeitas para a retoma dos pagamentos; e
- (b) a convocá-lo para enviar observações nos 30 dias consecutivos após receber a *notificação formal*.

Passo 2 — Se a Comissão não receber observações ou decidir prosseguir o procedimento apesar das observações que recebeu, esta deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- (a) da suspensão dos pagamentos;
- (b) das razões para a suspensão;
- (c) das condições finais ao abrigo das quais os pagamentos podem retomar nos casos mencionados nos pontos (a) e (b) do Artigo II.24.1.1;
- (d) da data indicativa da conclusão da verificação necessária no caso mencionado no ponto (c) do Artigo II.24.1.1.

A suspensão produz efeitos no dia em que a Comissão enviar a *notificação formal* de suspensão (Passo 2).

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo de que não vai dar continuação ao procedimento de suspensão.

II.24.1.3 Efeitos da suspensão

Durante o período de suspensão dos pagamentos o beneficiário não tem direito de apresentar quaisquer requerimentos para pagamentos e documentação comprovativa mencionados nos Artigos I.4.3 e I.4.4.

Os requerimentos correspondentes para pagamentos e documentação comprovativa podem ser enviados o mais cedo possível após retoma dos pagamentos ou podem ser incluídos no primeiro requerimento para pagamento em dívida após retoma de pagamentos em conformidade com o calendário definido no Artigo I.4.1.

A suspensão de pagamentos não afeta o direito do beneficiário de suspender a execução da *ação* como estipulado no Artigo II.16.1 nem de dar término à Convenção como estipulado no Artigo II.17.1.2.

II.24.1.4 Retoma dos pagamentos

De modo que se retome os pagamentos, o beneficiário deve satisfazer as condições notificadas o mais cedo possível e deve informar a Comissão de quaisquer progressos feitos.

Se as condições para retomar os pagamentos forem satisfeitas, a suspensão será retirada. A Comissão enviará uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo do mesmo.

II.24.2 Suspensão do tempo limite para pagamento

II.24.2.1 A Comissão pode em qualquer altura suspender o tempo limite para pagamento especificado nos Artigos I.4.2, I.4.3 e I.4.5 se um requerimento para pagamento não for aprovado porque:

- (a) não cumpre com a Convenção;
- (b) a documentação comprovativa adequada não foi apresentada; ou
- (c) há dúvida sobre a elegibilidade dos custos declarados nas declarações financeiras e verificações, revisões, auditorias e investigações adicionais serão necessárias.

II.24.2.2 A Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- (a) da suspensão; e
- (b) das razões para a suspensão.

A suspensão produz efeitos no dia em que a Comissão enviar a *notificação formal*.

II.24.2.3 Se as condições para a suspensão do prazo de pagamento já não forem satisfeitas, a suspensão será retirada e o período remanescente será retomado.

Se a suspensão exceder os dois meses, o beneficiário pode inquirir a Comissão se a suspensão continuará.

Se o prazo de pagamento tiver sido suspenso devido a relatórios técnicos ou declarações financeiras que não cumprem com a Convenção e o relatório ou declaração revistos não terem sido enviados ou foram enviados mas também rejeitados, a Comissão pode dar término à

Convenção como estipulado no Artigo II.17.2.1(b) e reduzir a subvenção estipulado no Artigo II.25.4.

ARTIGO II.25 — CÁLCULO DA QUANTIA FINAL DA SUBVENÇÃO

A quantia final da subvenção depende do grau mediante o qual a *ação* foi executada em conformidade com os termos da Convenção.

A quantia final da subvenção é calculada pela Comissão na altura do pagamento do saldo. O cálculo envolve os seguintes passos:

Passo 1 — Aplicação da taxa de reembolso aos custos elegíveis e soma das unidades de contribuição, das contribuições da taxa fixa e das contribuições do montante global

Passo 2 — Limite à *quantia máxima da subvenção*

Passo 3 — Redução devido à regra sem fins lucrativos

Passo 4 — Redução devido a execução indevida ou quebra de outras obrigações.

II.25.1 Passo 1 — Aplicação da taxa de reembolso aos custos elegíveis e soma das unidades de contribuição, das contribuições da taxa fixa e das contribuições do montante global

Este passo aplica-se como se segue:

- (a) Se, como estipulado no Artigo I.3.2, a subvenção vier em forma de reembolso dos custos elegíveis, a taxa de reembolso especificada no Anexo III é aplicada aos custos elegíveis da *ação* aprovados pela Comissão para as categorias de custo correspondentes, para o beneficiário e suas entidades afiliadas;
- (b) Se, como estipulado no Artigo I.3.2, a subvenção vier em forma de unidade de contribuição, a unidade de contribuição especificada no Anexo IV é multiplicada pelo número efetivo de unidades aprovado pela Comissão para o beneficiário e suas entidades afiliadas;
- (c) Se, como estipulado no Artigo I.3.2, a subvenção vier em forma de contribuições do montante global, a Comissão aplica o montante global especificado nesse Artigo para o beneficiário e suas entidades afiliadas se considerar que as tarefas correspondentes ou parte da *ação* foram executadas devidamente em conformidade com o Anexo II;
- (d) Se, como estipulado no Artigo I.3.2, a subvenção vier em forma de contribuições da taxa fixa, a taxa fixa mencionada nesse Artigo é aplicada aos custos elegíveis ou à contribuição aprovados pela Comissão para o beneficiário e suas entidades afiliadas;

Se o Artigo I.3.2 estipular uma combinação de diferentes formas de subvenção, as quantias obtidas devem ser somadas.

II.25.2 Passo 2 — Limite à *quantia máxima da subvenção*

A quantia total paga ao beneficiário pela Comissão não pode exceder em circunstância alguma a *quantia máxima da subvenção*.

Se a quantia obtida ao se seguir o Passo 1 for mais elevada que esta quantia máxima, a quantia final da subvenção fica limitada a esta última.

II.25.3 Passo 3 — Redução devido à regra sem fins lucrativos

A subvenção pode não apresentar lucro para o beneficiário, a menos que especificado em contrário nas Condições Especiais.

«Lucro» significa a quantia do excedente obtida a seguir-se os Passos 1 e 2 mais o total de receitas da *ação*, repartida pelo total dos custos elegíveis da *ação*.

O total dos custos elegíveis da *ação* é o total consolidado dos custos elegíveis aprovados pela Comissão para as categorias de custo reembolsados em conformidade com o Artigo I.3.2.

O total das receitas da *ação* é o total consolidado das receitas fixadas, geradas ou confirmadas na data na qual o requerimento para pagamento do saldo for redigido pelo beneficiário.

Os seguintes são considerados receitas:

- (a) rendimento gerado pela ação;
- (b) contribuições financeiras dadas por terceiras partes intervenientes ao beneficiário ou a uma entidade afiliada, se aquelas são especificamente afetadas pelas terceiras partes intervenientes ao financiamento dos custos elegíveis da *ação* reembolsados pela Comissão em conformidade com o Artigo I.3.2.

Os seguintes não são considerados receitas:

- (a) contribuições financeiras dadas por terceiras partes intervenientes, se puderem ser usadas para cobrir outros custos que não os custos elegíveis ao abrigo da Convenção;
- (b) contribuições financeiras dadas por terceiras partes intervenientes sem obrigação alguma de reembolsar qualquer quantia não usada no fim do *período de execução*;
- (c) em caso de uma subvenção de funcionamento, quantias destinadas à constituição de reservas.

Se houver lucro, será deduzido proporcionalmente da taxa final de reembolso dos custos elegíveis efetivos da *ação* aprovados pela Comissão para as categorias de custo mencionadas no Artigo I.3.2. Esta dedução será aplicada na quantia calculada ao se seguir os Passos 1 e 2.

II.25.4 Passo 4 — Redução devido a execução indevida ou quebra de outras obrigações

A Comissão pode reduzir a *quantia máxima da subvenção* se a *ação* não tiver sido executada devidamente como descrito no Anexo II (i.e. se não foi executada ou foi mal executada, parcialmente executada ou tardiamente executada), ou se houve quebra de outra obrigação ao abrigo da Convenção.

A quantia da redução será proporcional ao grau mediante o qual a *ação* foi indevidamente executada ou à gravidade da quebra.

Antes de a Comissão reduzir a subvenção, esta deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

(a) informá-lo:

- (i) da sua intenção de reduzir a *quantia máxima da subvenção*;
- (ii) da quantia pela qual pretende reduzir a subvenção;
- (iii) das razões para a redução; e

(c) a convocá-lo para enviar observações nos 30 dias consecutivos após receber a *notificação formal*.

Se a Comissão não receber observações ou decidir prosseguir a redução apesar das observações que recebeu, esta enviará uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo da sua decisão.

Se a subvenção for reduzida, a Comissão deve calcular a quantia reduzida da subvenção ao deduzir a quantia da redução (calculada proporcionalmente à indevida execução da *ação* ou gravidade da quebra de obrigações) da *quantia máxima da subvenção*.

A quantia final da subvenção será a mais inferior das duas seguintes:

- (a) a quantia obtida ao se seguir os Passos 1 a 3; ou
- (b) a quantia reduzida da subvenção ao se seguir o Passo 4.

ARTIGO II.26 — COBRANÇA

II.26.1 Cobrança

Quando uma quantia está para ser cobrada ao abrigo dos termos da Convenção, o beneficiário deve reembolsar à Comissão a quantia em questão.

O beneficiário é responsável pelo reembolso de qualquer quantia paga indevidamente pela Comissão como contribuição para os custos incorridos pelas suas entidades afiliadas.

II.26.2 Procedimento de cobrança

Antes da cobrança, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário:

- (a) a informá-lo da sua intenção de cobrar a quantia indevidamente paga;
- (b) a especificar a quantia em dívida e as razões da cobrança; e
- (c) a solicitar ao beneficiário que envie observações dentro de um prazo especificado.

Se nenhuma observação foram enviadas ou se, apesar das observações enviadas pelo beneficiário, a Comissão decidir prosseguir o procedimento de cobrança, a Comissão pode confirmar a cobrança ao enviar uma *notificação formal* ao beneficiário constituída por uma nota de débito, a especificar os termos e a data para pagamento.

Se o pagamento não tiver sido efetuado até à data especificada na nota de débito, a Comissão irá cobrar a quantia devida:

- (a) ao usá-la como compensação, sem o consentimento prévio do beneficiário, contra quaisquer quantias em dívida pelo beneficiário para com a Comissão ou agência executiva (dos orçamentos da União ou da Comunidade Europeia da Energia Atómica («Euratom»)) («compensação»);

Em circunstâncias excecionais, para salvaguardar os interesses financeiros da União, a Comissão pode fazer a compensação antes da data de vencimento.

Uma ação pode ser intentada contra tal compensação perante o Tribunal Geral da União Europeia em conformidade com o Artigo 263 TFUE;

- (b) ao acionar a garantia financeira quando estipulado em conformidade com o Artigo I.4.2 («acionar a garantia financeira»);
- (c) ao agir judicialmente como estipulado no Artigo II.18.2 ou nas Condições Especiais ou ao aprovar uma decisão executória como estipulado no Artigo II.18.3.

II.26.3 Juros sobre pagamentos em atraso

Se o pagamento não tiver sido efetuado até à data na nota de débito, a quantia irá ser aumentada por juros sobre pagamentos em atraso à taxa determinada no Artigo I.4.13 a partir do dia a seguir à data do pagamento na nota de débito, até e inclusive a data em que a Comissão receba o pagamento total da quantia.

O pagamento parcial deve ser primeiro abatido às cobranças e aos juros sobre pagamentos em atraso e posteriormente ao principal.

II.26.4 Encargos bancários

Os encargos bancários incorridos no processo de cobrança devem ser suportados pelo beneficiário, a menos que a Diretiva 2007/64/CE⁴ se aplique.

ARTIGO II.27 — VERIFICAÇÕES, AUDITORIAS E AVALIAÇÃO

II.27.1 Verificações técnicas e financeiras, auditorias, avaliações intercalares e finais

A Comissão pode, durante a execução de uma *ação* ou depois, realizar verificações técnicas e financeiras e auditorias para apurar se o beneficiário está a executar a *ação* devidamente e se está a cumprir com as obrigações ao abrigo da Convenção. Pode igualmente verificar os registos estatutários do beneficiário para efeito de avaliações periódicas de quantias de montante global, quantias de unidades de custo ou quantias de taxa fixa.

A informação e documentação facultadas como parte das verificações e auditorias devem ser tratadas confidencialmente.

Além do mais, a Comissão pode realizar uma avaliação intercalar ou final do impacto da *ação* aferido em função do objetivo do programa da União em questão.

As verificações, auditorias ou avaliações devem ser realizadas diretamente por pessoal auxiliar próprio da Comissão ou por qualquer outro órgão externo autorizado a fazê-lo em seu nome.

A Comissão pode dar início a tais verificações, auditorias ou avaliações durante a execução da Convenção e durante um período de cinco anos a começar na data de pagamento do saldo da ação em questão. Este período está limitado a três anos se a *quantia máxima da subvenção* não for mais de 60 000 EUR.

Os procedimentos de verificação, auditoria ou avaliação são considerados iniciados na data de receção da carta da Comissão que os comunica.

⁴ Diretiva 2007/64/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, sobre pagamento de serviços no mercado interno, o que altera as Diretivas 97/7/CE, 2002/65/CE, 2005/60/CE e 2006/48/CE e o que revoga a Diretiva 97/5/CE.

Se a auditoria for realizada a uma entidade afiliada, o beneficiário deve informar essa entidade afiliada.

II.27.2 Dever de guardar documentação

O beneficiário deve guardar toda a documentação original, em particular registos contabilísticos e fiscais, armazenados em suporte adequado, incluindo originais digitalizados quando estes são autorizados pela sua lei nacional e ao abrigo das condições aí definidas, durante um período de cinco anos a começar da data de pagamento do saldo da ação em questão.

Este período durante o qual a documentação deve ser guardada é limitado a três anos se a *quantia máxima da subvenção* não for mais de 60 000 EUR.

Os períodos determinados na primeira e segunda alíneas serão mais longos se estiverem a decorrer auditorias, recursos, ou contenciosos ou interposição de ações relativos à subvenção, incluindo os casos mencionados no Artigo II.27.7. Em tais casos, o beneficiário deve guardar a documentação até que tais auditorias, recursos, contenciosos ou interposição de ações estejam concluídos.

II.27.3 Obrigação de facultar informação

O beneficiário deve facultar toda a informação, incluindo informação em formato eletrónico, solicitada pela Comissão ou por qualquer outro órgão externo autorizado pela Comissão.

Se o beneficiário não cumprir com a obrigação determinada na primeira alínea, a Comissão pode considerar:

- (a) qualquer custo insuficientemente fundamentado pela informação facultada pelo beneficiário como inelegível;
- (b) qualquer unidade de contribuição, contribuições de montante global ou de taxa fixa insuficientemente fundamentadas pela informação facultada pelo beneficiário como indevidas.

II.27.4 Visitas no local

Durante as visitas no local, o beneficiário deve permitir acesso ao pessoal auxiliar da Comissão e ao pessoal externo autorizado pela Comissão a sítios e instalações nas quais a *ação* em questão for ou tiver sido realizada, e a todas as informações necessárias, incluindo informação em formato eletrónico.

O beneficiário deve assegurar que a informação esteja prontamente disponível no momento da visita ao local e que a informação solicitada seja entregue de modo adequado.

Se o beneficiário se recusar a dar acesso aos sítios, instalações e informação solicitada como exigido na primeira e segunda alíneas, a Comissão pode considerar:

- (a) qualquer custo insuficientemente fundamentado pela informação facultada pelo beneficiário como inelegível;
- (b) qualquer unidade de contribuição, contribuições de montante global ou de taxa fixa insuficientemente fundamentadas pela informação facultada pelo beneficiário como indevidas.

II.27.5 Procedimento de contraditório de auditoria

Com base nas conclusões efetuadas durante a auditoria, um relatório provisório («projeto de relatório de auditoria») deve ser redigido. Deve ser enviado pela Comissão ou pelo seu representante autorizado ao beneficiário, o qual deve ter 30 dias consecutivos a partir da data de receção para enviar observações. O relatório final («relatório de auditoria final») deve ser enviado ao beneficiário no prazo de 60 dias consecutivos da expiração do tempo limite para envio de observações.

II.27.6 Efeitos das conclusões da auditoria

Com base nas conclusões da auditoria finais, a Comissão pode tomar as medidas que considerar necessárias, incluindo a cobrança de todos os pagamentos efetuados pela mesma, ou de uma parte, como estipulado no Artigo II.26.

No caso de conclusões de auditoria finais após o pagamento do saldo, a quantia a ser cobrada corresponderá à diferença entre a quantia final revista da convenção, determinada em conformidade com o Artigo II.25, e a quantia total paga pelo beneficiário ao abrigo da Convenção para a execução da *ação*.

II.27.7 Correção de erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude ou quebra de obrigações

II.27.7.1 A Comissão pode prolongar conclusões de auditoria de outras subvenções a esta subvenção se:

- (a) se descobrir que o beneficiário cometeu erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades, fraude* ou quebra de obrigações noutras subvenções da UE ou da Euratom concedidas ao abrigo de condições semelhantes e que tais erros, *irregularidades, fraude* ou quebra tenham um impacto material nesta subvenção; e
- (b) as conclusões de auditoria finais são enviadas ao beneficiário através de *notificação final*, juntamente com a lista de subvenções afetadas pelas conclusões no período mencionado no Artigo II.27.1.

O prolongamento das conclusões pode levar:

- (a) à rejeição dos custos como inelegíveis;
- (b) à redução da subvenção como estipulado no Artigo II.25.4;
- (c) à cobrança de quantias indevidamente pagas como estipulado no Artigo II.26;
- (d) à suspensão dos pagamentos como estipulado no Artigo II.24.1;
- (e) à suspensão da execução da *ação* como estipulado no Artigo II.16.2;
- (f) ao término como estipulado no Artigo II. 17.2.

II.27.7.2 A Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo dos erros sistémicos ou recorrentes e da sua intenção de prolongar as conclusões de auditoria, juntamente com uma lista das subvenções afetadas.

- (a) Se as conclusões disserem respeito a custos, o procedimento é como se segue:

Passo 1 — A *notificação formal* deve incluir:

- a) uma solicitação para enviar observações sobre a lista das subvenções afetadas pelas conclusões;
- b) um requerimento para enviar as declarações financeiras revistas de todas as subvenções afetadas;
- c) quando possível, a taxa de correção para extrapolação fixada pela Comissão para calcular as quantias a serem rejeitadas com base nos erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades, fraude* ou quebra das obrigações, se o beneficiário:

— considerar que o envio das declarações financeiras revistas não for possível ou praticável; ou

— não enviar as declarações financeiras revistas.

Passo 2 — O beneficiário tem 60 dias consecutivos a partir de quando receber a *notificação formal* para enviar observações e declarações financeiras revistas ou para propor um método

de correção alternativo devidamente fundamentado. Este período pode ser prolongado pela Comissão em casos que assim o justifiquem.

Passo 3 — Se o beneficiário enviar declarações financeiras revistas que tenham em conta as conclusões, a Comissão irá determinar a quantia a ser corrigida com base nessas declarações revistas.

Se o beneficiário propor um método de correção alternativo e a Comissão o aceitar, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- a) de que aceita o método alternativo;
- b) dos custos elegíveis revistos determinados ao se aplicar este método.

Caso contrário a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- a) que não aceita as observações nem o método alternativo proposto;
- b) dos custos elegíveis revistos determinados ao se aplicar o método de extrapolação inicialmente notificado ao beneficiário.

Se os erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou quebra das obrigações são descobertos após o pagamento do saldo, a quantia a ser cobrada corresponderá à diferença entre:

- a) a quantia final revista da subvenção, determinada de acordo com o Artigo II.25 com base nos custos elegíveis revistos após extrapolação; e
- b) a quantia total paga ao beneficiário ao abrigo da Convenção para a execução da *ação*;

(b) Se as conclusões disserem respeito a execução indevida ou a quebra de outra obrigação, o procedimento é como se segue:

Passo 1 — A *notificação formal* deve incluir:

- a) uma solicitação ao beneficiário para enviar observações sobre a lista das subvenções afetadas pelas conclusões; e
- b) a taxa fixa de correção que a Comissão pretende aplicar à *quantia máxima da subvenção* ou a parte da mesma, em conformidade com o princípio da proporcionalidade.

Passo 2 — O beneficiário tem 60 dias consecutivos a partir da receção da *notificação formal* para enviar observações ou para propor uma taxa fixa alternativa devidamente fundamentada.

Passo 3 — Se a Comissão aceitar a taxa fixa alternativa proposta pelo beneficiário, esta deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- a) de que aceita a taxa fixa alternativa;
- b) da quantia corrigida da subvenção ao se aplicar esta taxa fixa.

Caso contrário, a Comissão deve enviar uma *notificação formal* ao beneficiário a informá-lo:

- a) de que não aceita as observações nem a taxa fixa alternativa;
- b) da quantia corrigida da subvenção ao se aplicar a taxa fixa inicialmente notificada ao beneficiário.

Se os erros sistémicos ou recorrentes, *irregularidades*, *fraude* ou quebra das obrigações são descobertos após o pagamento do saldo, a quantia a ser cobrada corresponderá à diferença entre:

- (i) a quantia final revista da subvenção após a taxa fixa de correção; e
- (ii) a quantia total paga ao beneficiário ao abrigo da Convenção para a execução da *ação*;

II.27.8 Verificações e inspeções pelo OLAF

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) tem os mesmos direitos que a Comissão, em particular o direito de acesso, para efeito de verificações e inspeções.

Ao abrigo do Regulamento do Conselho (Euratom, CE) n.º 2185/96⁵ e do Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013⁶ o OLAF pode igualmente realizar verificações e inspeções no local em conformidade com os procedimentos definidos pela lei da União para proteção dos interesses financeiros da União contra *fraude* e outras *irregularidades*.

Quando adequado, as conclusões do OLAF podem levar a Comissão a cobrar as quantias junto do beneficiário.

Além disso, as descobertas decorrentes de uma investigação do OLAF podem levar a processos penais ao abrigo da lei nacional.

II.27.9 Verificações e auditorias pelo Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu tem os mesmos direitos que a Comissão, em particular o direito de acesso, para efeito de verificações e auditorias.

⁵ Regulamento do Conselho (Euratom, CE) n.º 2185/96, de 11 de novembro de 1996, respeitante a verificações e inspeções realizadas pela Comissão de modo que se proteja os interesses financeiros das Comunidades Europeias contra fraude e outras irregularidades.

⁶ Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, respeitante a investigações conduzidas pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).